

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas – SUPRAM NOR

PARECER ÚNICO

Indexado ao Processo nº 436021/15

Identificação

Empreendimento/Empreendedor/Autuado: Johannes J. Boekhorst	CNPJ / CPF: 400.389.396-49
Município: Paracatu/MG	

Relatório:

Trata-se de autuação por “causar poluição por efluentes de suinocultura que resulta ou pode resultar em dano ao recurso hídrico e ao solo, no transbordamento de uma lagoa de efluentes”.

Foi lavrado, pela Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental, o Auto de Infração em epígrafe, com fundamento no código 122, do anexo I, do Decreto 44.844/2008, e aplicada multa simples no valor de R\$ 15.026,89 (quinze mil e vinte e seis reais e oitenta e nove centavos).

O Autuado foi devidamente notificado por AR recebido dia 22/10/2015, fls17v, apresentou defesa tempestivamente às fls. 18/28.

Em análise à defesa, os argumentos do recorrente não foram acolhidos, face a ausência de fundamentos de fato e direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o Auto de Infração nº 208439/2015 em conformidade com os requisitos formais estabelecidos pelo Decreto nº 44.844/2008.

O recorrente foi cientificado da decisão por meio do Ofício nº 125/2016 (fls. 37), que foi recebido em 13 de abril de 2016, conforme AR de fls. 39.

Em face da decisão administrativa de fls. 36, o autuado interpôs o Recurso Administrativo de fls. 40-51, protocolado nesta Superintendência em 06 de maio de 2016, tempestivamente, estando apto a análise.

Em síntese, em sede recursal, afirma que:

1. O auto de infração não preenche os requisitos mínimos previstos na legislação vigente, tendo em vista que o recorrente “sempre primou pela regularidade ambiental” (fls. 36)
2. O empreendimento teve licença de operação (LO nº 193/2005) com validade até 2009, o que caracterizaria que o empreendimento “sempre primou pela regularidade ambiental”; que uma nova regularização ocorreu no ano de 2014, por meio de AAF, por constar duas matrículas em nomes de pessoas diversas, que tal ato foi ratificado pelo órgão ambiental, tendo a AAF nº 6078/2014,

SUPRAM NOR

Rua Jovino Rodrigues Santana, nº10
Bairro Nova Divinéia – Unaí/MG
CEP 38.610-000 – Tel.: (38) 3677-9800

DATA 06/02/2017
Página: 1/6



validade até 1º de dezembro de 2018; que quando um dos outros herdeiros foi regularizar a outra matrícula, foi informado pelo órgão ambiental que deveria realizar a regularização conjunta de todas as matrículas que compõem o empreendimento e assim protocolaram o Processo para obtenção de Licença de Operação Corretiva sob nº PA COPAM 36430/2014/002/2015, e que neste processo foi analisada a regularidade da reserva legal do empreendimento por meio da equipe da SUPRAM NOR e que não há que se falar em infração por operar sem licença;

3. *Insurge-se quanto a não aplicação da atenuante prevista no artigo 68, inciso I, alínea “f” do Decreto nº 44.844/2008, afirmando a desnecessidade de averbação da reserva legal e que a mesma se encontra preservada;*
4. *Afirma também a necessidade de aplicação da atenuante prevista na alínea “c” (menor gravidade dos fatos) e a redução do valor da multa aplicada.*

Em consulta aos sistemas CAP e SIAM, não foram localizados registros de infrações anteriores em nome do Autuado, hábeis a caracterizar reincidência.

É o relatório.

Fundamentação:

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o auto de infração em questão, pois foram observadas todas as especificações do art. 31, do Decreto nº 44.844/2008.

Não obstante tal circunstância, consideramos oportuno tecer as considerações a seguir:

Quanto às alegações do recorrente, de que o auto de infração não preenche os requisitos legais e de que a autuação não respeitou o contraditório e a ampla defesa, uma vez que no momento de embasar legalmente e descrever a infração o agente apenas descreveu o texto legal do tipo infringido, não possuem amparo legal e viabilidade jurídica para serem acatados.

No Estado de Minas Gerais, as normas referentes à tipificação e classificação de infrações às normas de proteção ao meio ambiente, bem como os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, estão devidamente estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Ao contrário do alegado na defesa, o procedimento de lavratura e análise do Auto de Infração assegura a ampla defesa e o contraditório, bem como concede prazos para apresentação de defesa e recurso, oportunidade em que são analisadas as argumentações e provas apresentadas pelo autuado, tudo em plena consonância com os princípios constitucionais supracitados.

Ao contrário do que afirma o autuado, não há que se falar em qualquer tipo de vício formal ou material na lavratura do Auto de Infração em apreço, uma vez que a mesma se deu em expresse acatamento às determinações contidas no Decreto Estadual nº



44.844/2008, que rege a matéria em nível estadual, possuindo todos os requisitos de validade previstos nos artigos 27 e 31, ambos do Decreto Estadual supracitado, inclusive, sendo devida e claramente descrito o fato constitutivo da infração, como pode ser observado pelo Auto de Fiscalização nº 33275/2015 e no Auto de Infração nº 208441/2015.

Quanto à alegação de que o empreendimento teve licença de operação (LO nº 193/2005) com validade até 2009, o que caracterizaria que o empreendimento “sempre primou pela regularidade ambiental”; que uma nova regularização ocorreu no ano de 2014, inicialmente, por meio da AAF nº 6078/2014, com validade até 1º de dezembro de 2018; bem como de que existe processo para obtenção de Licença de Operação Corretiva sob nº PA COPAM 36430/2014/002/2015, em curso, não havendo que se falar em infração por operar sem licença, também é argumento que não prospera diante da autuação em análise.

O presente Auto de Infração nº 208441/2015 não traz autuação por “operar sem licença”, razão pela qual, o argumento não é cabível em grau de recurso, por não ser matéria de análise no presente processo administrativo.

É importante destacar que o recorrente foi autuado por causar poluição em recursos hídricos e não por “operar sem licença”, conforme destaca o argumento recursal.

O agente autuante constatou no momento da fiscalização o transbordamento da lagoa de efluentes decorrentes da suinocultura com o curso livre no solo, o que implica em poluição não somente do solo, mas também o comprometimento dos recursos hídricos, podendo inclusive, contaminar o lençol freático, ecossistemas existentes no local e formações vegetativas.

Observa-se na imagem o curso livre do efluente.





Conforme se vê, o transbordamento é recorrente e o efluente já cavou um sulco no solo que segue em direção à vegetação, causando poluição pode resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou à saúde, a segurança, e o bem-estar da população.

Assim, o Recorrente contraria as normas de segurança estabelecidas pela Portaria Nº 711, de 1º de novembro de 1995, do Ministério da agricultura, do abastecimento e da reforma agrária, que estabelece normas técnicas de instalações e equipamentos para abate e industrialização de suínos, fundamentada pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, alterado pelo Decreto nº 1.225, de 25 de julho de 1962. Não somente pelas condições de abate quanto ao tratamento dos efluentes decorrentes de todo o processo decorrente da atividade. Cite-se sobre a localização do esgoto:

CAPÍTULO IX PARTE GERAL

1 Localização

[...]

1.2 - Esgoto

a) *é indispensável a existência de curso d'água perene, com caudal suficiente, para o livre escoamento de todas as águas residuais do estabelecimento. O terreno deverá ainda apresentar declividade suficiente ao bom escoamento das águas servidas através de tubulações com dimensionamento adequado, exigindo-se antes de serem lançados nos cursos d'água, tanques para decantação de gorduras e o indispensável tratamento, através de métodos eficientes que eliminem os resíduos orgânicos e a poluição ambiental aprovados por órgão competente;*

b) **a canalização geral dos esgotos deverá ser completa até os locais de tratamentos, não se permitindo o livre curso de águas residuais a "céu aberto".**

Desta forma, o argumento de que o recorrente estava totalmente regular quanto ao licenciamento ambiental e que, portanto, não pode ser autuado por operar sem licença, não se subsiste diante do real motivo da autuação presente no Auto de Infração nº 208439/2015, por não ser pertinente quanto a matéria.

Quanto à alegação de que o auto deve ser anulado porque o agente autuante calculou a multa de maneira errada, sem aplicação de atenuantes alíneas “c” e “f”, do inciso I do artigo 68 do Decreto nº 44.844/2008, também não há dados fáticos e jurídicos capazes de sustentar a aplicação das atenuantes. Vejamos o teor de cada uma delas:

“c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;”

A alínea “c” é inaplicável ao caso em análise tendo em vista que as irregularidades apontadas no Auto de Infração não são de menor gravidade, vez que, o próprio Decreto Estadual nº 44.844/2008, art. 83, I, código 214 supra-citado, estabeleceu que trata-se de infração considerada GRAVE.



Por tal motivo, não é admissível que uma infração de natureza grave, prevista em norma ambiental vigente, possa ser considerada de menor gravidade, não sendo cabível aplicação da atenuante constante da alínea “c”.

“f) trata-se de infração cometida em por produtor rural em propriedade rural que possua reserva legal devidamente averbada e preservada hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento”;

Quanto a atenuante de possuir reserva legal, descrita na alínea “f” supra citada, é por literalidade da norma que a reserva deve estar averbada e preservada, sendo requisitos que se complementam e, notadamente, não são aplicáveis a este caso, uma vez que não foi comprovado pelo autuado que toda a área de reserva legal do empreendimento se encontra devidamente averbada e preservada. Não constam entre os documentos a certidão de imóveis com a pertinente averbação e também não existe prova da preservação, conforme exigida pela inteligência do art. 68. Assim, também não pode ser aplicada a atenuante prevista na alínea “f”.

Destarte, conforme demonstrado, não se vislumbra a possibilidade de aplicação das referidas atenuantes relacionadas no art. 68, do Decreto Estadual nº 44.844/2008 e por consequência, não há qualquer erro de cálculo nas multas aplicadas, estando estas plenamente adequadas e legalmente estabelecidas, conforme a natureza da infração praticada.

Diante do exposto, não há que se falar em qualquer tipo de vício formal ou material na lavratura do Auto de Infração em apreço, uma vez que a mesma se deu em expresse acatamento às determinações contidas no Decreto Estadual nº 44.844/2008, que rege a matéria em nível estadual.

Ademais, vale mencionar que, dentre os Princípios da Administração Pública, está elencado o da Presunção de Legitimidade, segundo o qual todo ato emanado da Administração Pública encontra-se inseparavelmente ligado à Lei, que lhe dá o necessário suporte de validade.

Como é sabido, a presunção de legitimidade ostenta a prerrogativa *iuris tantum* de fazer prevalecer a sua pretensão até prova em contrário, pois se supõe legais e verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública durante a execução de suas atividades administrativas.

Por se tratar de presunção relativa de legitimidade e, por conseguinte, admitir prova em contrário, o efeito prático de tal presunção é o de inverte o ônus da prova. Assim, o ônus de provar que não praticou a infração verificada, constatada pelo órgão ambiental, compete ao Autuado.

Parecer Conclusivo:

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pelo recorrente e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizarem o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à URC COPAM



NOROESTE DE MINAS, sugerindo a MANUTENÇÃO das penalidades aplicadas, nos termos do artigo 73, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016.

Data: 06/02/2016

Equipe Interdisciplinar:	MASP	Assinatura
Giselle Borges Alves Gestora Ambiental	1402076-2	Original Assinado
Renata Alves dos Santos Gestora Ambiental Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	Original Assinado
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	Original Assinado